CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ nº 23.844.275/0001-07
NIRE nº 42 3 0004842-9
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltáica Assú V S.A. ("Assú V" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Assú V, com potência instalada de 34,0 MW, e capacidade comercial de 9,2 MW médios, em operação comercial desde dezembro de 2017. A Usina está localizada no município de Assú (RN).

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Assú V pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê que o crescimento mundial irá desacelerar de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$ 5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Desempenho Operacional

Em 2022, a geração total bruta de Assú V alcançou 78,9 GWh. A geração de 2021 foi de 74,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, foi de 99,5%, 0,5 p.p. superior à obtida em 2021, de 99,0%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2022	2021	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	32.088	26.496	5.592	21,1
Lucro bruto	15.804	8.945	6.859	76,7
Margem bruta	49,3%	33,8%		15,5 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	15.633	8.793	6.840	77,8
Ebitda (Lajida)[1]	24.655	17.451	7.204	41,3
Margem Ebitda (Lajida)	76,8%	65,9%		10,9 p.p.
Resultado financeiro	(4.789)	(11.103)	6.314	(56,9)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.844	(2.310)	13.154	(569,4)

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu substancialmente, pelo aumento na geração de energia entre os períodos comparados, e pela atualização monetária dos contratos de energia.

EBITDA: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e parcialmente atenuado pelo aumento do custo de serviço de terceiros e pelo aumento da depreciação acumulada.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e, parcialmente atenuada, pelo aumento de juros e variação monetária sobre financiamento.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados e, parcialmente atenuado, pelo acréscimo de imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Agradecimentos

A Administração da Central Fotovoltáica Assú V S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2022.

A Administração

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.177	21.509
Contas a receber de clientes	5	5.794	2.770
Outros ativos circulantes		2.910	1.696
		49.881	**25.975**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	4.460	3.845
Outros ativos não circulantes		-	2
		4.460	**3.847**
Imobilizado	**7**	**197.406**	**206.311**
Intangível		**346**	**360**
		202.212	**210.518**
TOTAL		**252.093**	**236.493**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	6.805	6.955
Dividendos	11	2.575	-
Financiamento	10	3.312	2.893
Arrendamentos a pagar		-	431
Ressarcimentos às distribuidoras		-	2.762
Outros passivos circulantes		602	84
		13.294	**12.694**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	3.259	3.312
Financiamento	10	93.498	86.932
Provisão para desmobilização	7	3.870	3.652
		100.627	**93.896**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		125.848	125.848
Reservas de lucros		12.324	4.055
		138.172	**129.903**
TOTAL		**252.093**	**236.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**32.088**	**26.496**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(9.022)	(8.658)
Energia elétrica comprada		(2.570)	(4.307)
Serviços de terceiros		(2.423)	(2.705)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(325)	(289)
Outros		(1.944)	(1.592)
		(16.284)	**(17.551)**
LUCRO BRUTO		**15.804**	**8.945**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(171)	(152)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**15.633**	**8.793**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		3.283	838
Renda de depósitos vinculados		429	126
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.482)	(10.583)
Juros sobre fornecedores		(362)	(378)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(218)	(344)
Outras despesas financeiras, líquidas		(439)	(762)
		(4.789)	**(11.103)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**10.844**	**(2.310)**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,09**	**(0,02)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**10.844**	**(2.310)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**10.844**	**(2.310)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota		Reservas de lucros			
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2020		**125.848**	**732**	**5.633**	**-**	**132.213**
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.310)	(2.310)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(2.310)	2.310	-
Saldos em 31.12.2021	**11**	**125.848**	**732**	**3.323**	**-**	**129.903**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.844	10.844
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	542	-	(542)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.575)	(2.575)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.727	(7.727)	-
Saldos em 31.12.2022	**11**	**125.848**	**1.274**	**11.050**	**-**	**138.172**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	10.844	(2.310)
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	9.022	8.650
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.482	10.583
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	218	344
Juros sobre fornecedores	362	378
Renda de depósitos vinculados	(429)	(126)
Outros	(14)	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**27.485**	**17.519**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.024)	(236)
Outros ativos	(1.226)	(1.208)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(417)	3.530
Ressarcimentos às distribuidoras	(2.762)	388
Outros passivos	431	(333)
Caixa gerado nas operações	**20.487**	**19.660**
Pagamentos de juros sobre financiamento	(9.457)	(7.663)
Caixa líquido das atividades operacionais	**11.030**	**11.997**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(136)	(5.283)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(136)**	**(5.283)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de financiamento	8.960	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(186)	12
Dividendos pagos	-	(1.878)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**8.774**	**(1.866)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**19.668**	**4.848**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	21.509	16.661
Saldo final	41.177	21.509
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**19.668**	**4.848**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL FOTOVOLTAICA ASSÚ V S.A.
CNPJ Nº 23.844.275/0001-07| NIRE Nº 42 3 0004842-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Fotovoltáica Assú V S.A. ("Assú V" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 20.11.2015, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da implantação e exploração da Usina Fotovoltaica Assú V (Usina), bem como a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrente de suas atividades e constituir ou deter participação em consórcios para consecução do seu objeto social. A Companhia foi inicialmente constituída como Sociedade Limitada, tendo tido sua natureza jurídica alterada para Sociedade Anônima em 01.01.2019.

A Usina iniciou sua operação comercial em 23.12.2017, está localizada no município de Assú (RN) e possui potência instalada de 34,0 MWp e capacidade comercial de 9,2 MW médios. A vigência de sua autorização é até junho de 2051.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no INATIVO (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores

informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do *Proceeds before Intended Use*, as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC **nº 50** Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	113	2.797
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	41.064	18.712
	41.177	**21.509**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e de 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em Os valores a receber no montante de R$ 5.794 (R$ 2.770 em 31.12.2021) corresponde, substancialmente, a comercialização de 9,2 MW médios no Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, ao valor de R$ 409,74/MWh, reajustado anualmente pelo IPCA, pelo prazo de 20 anos, cujo início do fornecimento ocorreu em 01.11.2018.

Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2022, a Companhia mantinha R$ 4.460 (R$ 3.845 em 31.12.2021) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, para a usina que contrata serviços de terceiros para essas atividades.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2022			31.12.2021
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,64%	226.306	(39.723)	186.583	195.055
Edificações e benfeitorias	3,48%	8.782	(1.505)	7.277	7.583
Móveis e utensílios		35	(7)	28	28
Direito de uso de arrendamentos		3.824	(608)	3.216	3.373
		235.123	**(41.235)**	**197.104**	**206.039**
Em curso		**302**	**-**	**302**	**272**
		235.425	**(41.235)**	**197.406**	**206.311**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2020	**184.939**	**7.890**	**3.701**	**23**	**12.568**	**209.121**
Ingressos	-	-	-	-	5.666	5.666
Provisão para desmobilização	-	-	-	-	327	327
Remensuração	-	-	(163)	-	-	(163)
Amortizações	-	-	(165)	-	-	(165)
Transferências	18.281	-	-	8	(18.289)	-
Depreciação	(8.165)	(307)	-	(3)	-	(8.475)
Saldo em 31.12.2021	**195.055**	**7.583**	**3.373**	**28**	**272**	**206.311**
Ingressos	-	-	-	-	103	103
Baixas	(9)	-	-	-	-	(9)
Transferências	63	-	-	10	(73)	-
Amortizações	-	-	(157)	-	-	(157)
Depreciação	(8.526)	(306)	-	(10)	-	(8.842)
Saldo em 31.12.2022	**186.583**	**7.277**	**3.216**	**28**	**302**	**197.406**

c) Provisão para desmobilização

A companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de sua Usina, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos de autorização.

		31.12.2022			31.12.2021
Taxa de desconto	Período de amortização	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
3,61%	2051	3.308	(138)	3.170	3.240

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é baseada nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

d) Autorização do Órgão Regulador

Em 23.12.2017, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Usina. A transferência dos ativos para o imobilizado em serviço ocorreu em janeiro de 2018, após a conclusão da totalidade da obra.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Arrendamentos a pagar	3.695	3.743
Energia elétrica comprada	2.808	3.190
Fornecedores de imobilizado	2.461	2.494
Fornecedores de materiais e serviços	1.058	802
Encargos de uso da rede elétrica	42	38
	10.064	**10.267**
Passivo circulante	6.805	6.955
Passivo não circulante	3.259	3.312
	10.064	**10.267**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação	**2022**	**2023**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2023. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2023, em comparação com o ano de 2022, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Financiamento				
IPCA	96.810	484	(1.259)	1.355

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Dívida	96.810	89.825
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(4.460)	(3.845)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(41.177)	(21.509)
Dívida líquida	**51.173**	**64.471**
Patrimônio líquido	**138.172**	**129.903**
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	**0,4**	**0,5**

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	6.805	684	562	2.013	10.064
Financiamento	7.773	14.027	15.776	75.977	113.553
	14.578	**14.711**	**16.338**	**77.990**	**123.617**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	41.064	18.712
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	113	2.797
Contas a receber de clientes	5.794	2.770
Depósitos vinculados	4.460	3.845
	51.431	**28.124**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	10.064	10.267
Financiamento	96.810	89.825
	106.874	**102.854**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldo em 31.12.2020	**86.905**
Juros e variação monetária	10.583
Amortização de juros	(7.663)
Saldo em 31.12.2021	**89.825**
Juros e variação monetária	7.482
Captação de financiamento	8.960
Amortização de juros	(9.457)
Saldo em 31.12.2022	**96.810**
Passivo circulante	3.312
Passivo não circulante	93.498
	96.810

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2024	5.991
2025	6.395
2026	6.395
2027	6.395
2028	6.395
2029 a 2033	31.975
2034 a 2038	29.559
2039 em diante	393
	93.498

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento			
	Encargos	Vencimento	Principal	Encargos	Saldo em 31.12.2022
BNB	IPCA + 1,7624% a.a.	07.2038	Mensais, a partir de 08.2023	Mensais	96.810

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor de direitos e créditos emergentes da concessão e de direitos creditórios dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (ii) constituição de Conta de Reserva de Operação e Manutenção, em valor equivalente a 25% do valor anual das despesas com O&M; (iii) Cessão Fiduciária de Conta-Reserva; (iv) conta reserva em valor mínimo equivalente a 4,09% do saldo devedor total do financiamento; (v) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (vi) fiança corporativa da Companhia; e (vi) Contrato de Suporte de Acionistas celebrado com a Companhia.

e) Compromissos contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 e 31.12.2021 era de R$ 125.848, representado por 125.848.202 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 125.848.201 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia. A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2022, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 2.575.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2022, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 7.727 do lucro do exercício de 2022 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	35.350	28.912
Transações no mercado de curto prazo	9	285
	35.359	**29.197**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.271)	(2.701)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**32.088**	**26.496**

As receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas, em 2022 e 2021, pelo reconhecimento de R$ 1.790 e (R$ 352), líquidos de PIS e Cofins, respectivamente, relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", no passivo circulante.

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte. O contrato tem vigência até 31.10.2038. Em 31.12.2022, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R$ 2.855.

b) Contrato de Conexão

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até INATIVO. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2022, era de R$ 2.606.

c) Venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, firmados em decorrência do Leilão de Energia de Reserva promovido pela Aneel, de 01 de novembro de 2018, pelo prazo de 20 anos. O compromisso de venda futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2022 é de R$ 523.191.

NOTA 14. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A Assú V participa da referida apólice no montante de R$ 308.385 para danos materiais e R$ 15.458 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2023.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, com início em 01.01.2019 e prazo de duração de 4 anos. O objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da Central Fotovoltáica Assú V S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
SC 036047/O-2